

caderno de
QUESTÕES

1.000

QUESTÕES PARA O

TJ-RS

**TÉCNICO DO PODER JUDICIÁRIO -
ÁREA ADMINISTRATIVO-JUDICIÁRIA**

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA.....	11
→ ORTOGRAFIA - CASOS GERAIS E EMPREGO DAS LETRAS.....	11
→ ACENTUAÇÃO.....	11
→ FORMAÇÃO E ESTRUTURA DAS PALAVRAS.....	12
→ ARTIGO	12
→ SUBSTANTIVO	13
→ ADJETIVO	13
→ CONJUGAÇÃO. RECONHECIMENTO E EMPREGO DOS MODOS E TEMPOS VERBAIS.....	14
→ ADVÉRBIO	15
→ PREPOSIÇÃO	16
→ CONJUNÇÃO.....	16
→ SINÔNIMOS E ANTÔNIMOS	18
→ HOMÔNIMOS E PARÔNIMOS	19
→ HOMÔNIMOS E PARÔNIMOS	20
→ POLISSEMIA	20
→ FRASE, ORAÇÃO E PERÍODO	20
→ ORAÇÕES SUBORDINADAS ADJETIVAS	21
→ PONTUAÇÃO (PONTO, VÍRGULA, TRAVESSÃO, ASPAS, PARÊNTESSES, ETC).....	22
→ REGÊNCIA NOMINAL E VERBAL (CASOS GERAIS).....	26
→ CRASE.....	27
→ CONCORDÂNCIA (VERBAL E NOMINAL).....	28
→ COERÊNCIA. COESÃO (ANÁFORA, CATÁFORA, USO DOS CONECTORES - PRONOMES RELATIVOS, CONJUNÇÕES, ETC)	31
→ INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS (COMPREENSÃO)	32
→ REESCRITA DE FRASES. SUBSTITUIÇÃO DE PALAVRAS OU TRECHOS DE TEXTO.....	39
→ GABARITO 	43
RACIOCÍNIO LÓGICO	47
→ ESTATÍSTICA - PROBLEMAS INTRODUTÓRIOS DE PROBABILIDADE: EVENTOS EQUIPROVÁVEIS E ABORDAGEM FREQUENTISTA.....	47
→ PROBABILIDADE CONDICIONAL	47
→ CÁLCULO DE PROBABILIDADES USANDO ANÁLISE COMBINATÓRIA	48

→ MATEMÁTICA - NÚMERO DE ELEMENTOS DA UNIÃO, DA INTERSECÇÃO, DO COMPLEMENTO E DA DIFERENÇA.....	48
→ NÚMEROS NATURAIS: INTRODUÇÃO, REPRESENTAÇÃO, PROPRIEDADES	50
→ ADIÇÃO, SUBTRAÇÃO, MULTIPLICAÇÃO E DIVISÃO DE NÚMEROS NATURAIS.....	50
→ DIVISIBILIDADE, NÚMEROS PRIMOS, FATORES PRIMOS, DIVISOR E MÚLTIPLO COMUM (MMC).....	51
→ NÚMEROS INTEIROS (PROPRIEDADES, OPERAÇÕES, MÓDULO, ETC)	52
→ FRAÇÕES E DÍZIMAS PERIÓDICAS.....	52
→ OPERAÇÕES COM NÚMEROS DECIMAIS.....	53
→ NÚMEROS REAIS (PROPRIEDADES E OPERAÇÕES; INTERVALOS).....	55
→ TABELA VERDADE DAS PROPOSIÇÕES COMPOSTAS	55
→ EQUIVALÊNCIAS LÓGICAS (INCLUI NEGAÇÃO DE PROPOSIÇÕES COMPOSTAS).....	56
→ ARGUMENTOS - MÉTODOS DECORRENTES DA TABELA VERDADE	58
→ DIAGRAMAS LÓGICOS, PROPOSIÇÕES CATEGÓRICAS, NEGAÇÃO DE QUANTIFICADORES	59
→ ASSOCIAÇÃO DE INFORMAÇÕES.....	60
→ EXERCÍCIOS DE "VERDADE/MENTIRA"	61
→ SEQUÊNCIAS DE NÚMEROS, FIGURAS, LETRAS E PALAVRAS.....	62
→ GABARITO 	63

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL65

→ DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO (ARTS. 1º A 4º DA CF/1988).....	65
→ DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS (ART. 5º DA CF/1988).....	66
→ DIREITOS SOCIAIS E DOS TRABALHADORES (ARTS. 6º E 7º DA CF/1988)	69
→ DIREITOS COLETIVOS DOS TRABALHADORES (ARTS. 8º A 11 DA CF/1988).....	70
→ ESPÉCIES DE NACIONALIDADE (BRASILEIROS NATOS E NATURALIZADOS)	71
→ DISTINÇÕES CONSTITUCIONAIS ENTRE BRASILEIROS NATOS E NATURALIZADOS.....	72
→ PERDA DA NACIONALIDADE	72
→ EXTRADIÇÃO, DEPORTAÇÃO, EXPULSÃO E BANIMENTO (DA NACIONALIDADE)	73
→ SOBERANIA POPULAR (VOTO, PLEBISCITO, REFERENDO, INICIATIVA POPULAR), ALISTAMENTO E ELEGIBILIDADE	74
→ INELEGIBILIDADES (DIREITOS POLÍTICOS).....	74
→ PERDA E SUSPENSÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS.....	75
→ PARTIDOS POLÍTICOS (ART. 17 DA CF/1988)	76
→ DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA (ARTS. 18 E 19 DA CF/1988).....	77
→ UNIÃO: BENS E COMPETÊNCIAS EXCLUSIVAS, PRIVATIVAS, COMUNS E CONCORRENTES (ARTS. 20 A 24 DA CF/1988).....	78
→ ESTADOS FEDERADOS - ORGANIZAÇÃO, COMPETÊNCIAS, BENS (ARTS. 25 A 28 DA CF/1988).....	79
→ MUNICÍPIOS - ORGANIZAÇÃO E COMPETÊNCIAS (ARTS. 29 A 31 DA CF/1988).....	79
→ DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS (ARTS. 32 E 33 DA CF/1988)	80
→ DISPOSIÇÕES GERAIS (ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ARTS. 37 E 38 DA CF/1988).....	81
→ DOS SERVIDORES PÚBLICOS (ARTS. 39 A 41 DA CF/1988).....	83
→ COMPETÊNCIAS PRIVATIVAS (PODER JUDICIÁRIO, ART. 96 DA CF/1988)	85
→ DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - STF (ARTS. 101 A 103 DA CF/1988).....	86

→ DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ (ART. 103-B DA CF/1988).....	87
→ DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ (ARTS. 104 E 105 DA CF/1988)	87
→ PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS (MINISTÉRIO PÚBLICO)	88
→ DA ADVOCACIA PÚBLICA (ARTS. 131 E 132 DA CF/1988)	89
→ ADVOCACIA PRIVADA E DEFENSORIA PÚBLICA (ARTS. 133 A 135 DA CF/1988).....	89
→ GABARITO 	90

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO 93

→ PRINCÍPIOS EXPRESSOS, EXPLÍCITOS OU CONSTITUCIONAIS.....	93
→ PRINCÍPIOS IMPLÍCITOS, RECONHECIDOS E INFRACONSTITUCIONAIS.....	93
→ CONCEITO DE ATOS ADMINISTRATIVOS.....	94
→ MÉRITO ADMINISTRATIVO.....	94
→ ELEMENTOS, REQUISITOS E PRESSUPOSTOS (ATOS ADMINISTRATIVOS).....	94
→ ATRIBUTOS OU CARACTERÍSTICAS DOS ATOS ADMINISTRATIVOS.....	95
→ ATOS ADMINISTRATIVOS: ESPÉCIES, CLASSIFICAÇÃO, FASES DE CONSTITUIÇÃO	95
→ DESFAZIMENTO DO ATO ADMINISTRATIVO (ANULAÇÃO, REVOGAÇÃO, CASSAÇÃO, CADUCIDADE, CONTRAPOSição).....	96
→ PODER REGULAMENTAR.....	96
→ PODER HIERÁRQUICO	97
→ PODER DISCIPLINAR	98
→ PODER DE POLÍCIA.....	98
→ ABUSO DE PODER: EXCESSO DE PODER E DESVIO DE FINALIDADE (PODERES DA ADMINISTRAÇÃO).....	99
→ ADMINISTRAÇÃO DIRETA (ÓRGÃOS PÚBLICOS)	99
→ ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	100
→ DESCENTRALIZAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO.....	100
→ AGÊNCIAS REGULADORAS E EXECUTIVAS	101
→ CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO: CONCEITOS, PRINCÍPIOS, ABRANGÊNCIA E CLASSIFICAÇÕES.....	102
→ CONTROLE ADMINISTRATIVO (DIREITO ADMINISTRATIVO).....	102
→ PARLAMENTAR DIRETO (CONTROLE POLÍTICO)	102
→ PARLAMENTAR INDIRETO (TRIBUNAIS DE CONTAS E CONTROLE TÉCNICO-FINANCEIRO).....	103
→ CONTROLE JURISDICIONAL.....	104
→ DAS DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 1º A 8º-A DA LEI Nº 8.429/1992).....	105
→ DOS ATOS DE IMPROBIDADE (ARTS. 9º A 11 DA LEI Nº 8.429/1992).....	105
→ DA DECLARAÇÃO DE BENS (ART. 13 DA LEI Nº 8.429/1992).....	106
→ DAS DISPOSIÇÕES PENais (ARTS. 19 A 22 DA LEI Nº 8.429/1992).....	106
→ DISPOSIÇÕES GERAIS, DIREITOS E DEVERES DO ADMINISTRADO (ARTS. 1º A 4º DA LEI Nº 9.784/1999).....	107
→ DA COMPETÊNCIA (ARTS. 11 A 17 DA LEI Nº 9.784/1999).....	107
→ FORMA, TEMPO E LUGAR DOS ATOS DO PROCESSO (ARTS. 22 A 25 DA LEI Nº 9.784/1999).....	108
→ DA COMUNICAÇÃO DOS ATOS (ARTS. 26 A 28 DA LEI Nº 9.784/1999).....	108
→ DA ANULAÇÃO, REVOGAÇÃO E CONVALIDAÇÃO (ARTS. 53 A 55 DA LEI Nº 9.784/1999).....	108
→ PRINCÍPIOS (ART. 5º DA LEI Nº 14.133/2021)	109

→ OBJETIVOS, FASES E FORMALIDADES (ARTS. 11 A 17 DA LEI Nº 14.133/2021)	109
→ MODALIDADES DE LICITAÇÃO (ARTS. 28 A 32 DA LEI Nº 14.133/2021)	110
→ FASES DA LICITAÇÃO - JULGAMENTO, HABILITAÇÃO E ENCERRAMENTO (ARTS. 55 A 71 DA LEI Nº 14.133/2021)	110
→ DISPENSA (ARTS. 72 A 75 DA LEI Nº 14.133/2021)	111
→ CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. FORMALIZAÇÃO DOS CONTRATOS (ARTS. 89 A 95 DA LEI Nº 14.133/2021)	112
→ DURAÇÃO DOS CONTRATOS (ARTS. 105 A 114 DA LEI Nº 14.133/2021)	113
→ GABARITO 	114

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO 115

→ DO PROVIMENTO, PROMOÇÃO, VACÂNCIA, REMOÇÃO E REDISTRIBUIÇÃO (ARS. 10 A 61 DA LC Nº 10.098/1994)	115
→ ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO - ÉTICA, MORAL, PRINCÍPIOS E VALORES	116
→ ÉTICA, DEMOCRACIA E CIDADANIA	117
→ ÉTICA NO SETOR PÚBLICO E FUNÇÃO PÚBLICA	117
→ GABARITO 	118

ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL..... 119

→ LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA DOS TRIBUNAIS ESTADUAIS - LEI ESTADUAL Nº 7.356/1980 - CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RS	119
→ GABARITO 	120

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS, ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO 121

→ DIREITOS HUMANOS - DECRETO Nº 7.037/2009 - PNDH-3.....	121
→ DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 1º AO 3º DA LEI Nº 13.146/2015)	122
→ DA IGUALDADE E DA NÃO DISCRIMINAÇÃO (ARTS. 4º AO 9º DA LEI Nº 13.146/2015)	128
→ DO DIREITO À VIDA (ARTS. 10 A 13 DA LEI Nº 13.146/2015)	130
→ DO DIREITO À HABILITAÇÃO E À REabilitação (ARTS. 14 A 17 DA LEI Nº 13.146/2015)	130
→ DO DIREITO À SAÚDE (ARTS. 18 A 26 DA LEI Nº 13.146/2015)	130
→ DO DIREITO À EDUCAÇÃO (ARTS. 27 A 30 DA LEI Nº 13.146/2015)	132
→ DO DIREITO AO TRABALHO (ARTS. 34 A 38 DA LEI Nº 13.146/2015)	134
→ DO DIREITO À ASSISTÊNCIA E À PREVIDÊNCIA SOCIAL (ARTS. 39 A 41 DA LEI Nº 13.146/2015)	135
→ DO DIREITO À CULTURA, AO ESPORTE, AO TURISMO E AO LAZER (ARTS. 42 A 45 DA LEI Nº 13.146/2015)	135
→ DO DIREITO AO TRANSPORTE E À MOBILIDADE (ARTS. 46 A 52 DA LEI Nº 13.146/2015)	135
→ DA ACESSIBILIDADE (ARTS. 53 AO 76 DA LEI Nº 13.146/2015)	136
→ DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA (ARTS. 77 E 78 DA LEI Nº 13.146/2015)	136
→ DO ACESSO À JUSTIÇA (ARTS. 79 A 87 DA LEI Nº 13.146/2015)	137

→ DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS (ARTS. 92 AO 95 DA LEI Nº 13.146/2015).....	138
→ DISPOSIÇÕES PRELIMINARES (ARTS. 1º A 5º DA LEI Nº 12.288/2010).....	138
→ DO DIREITO À EDUCAÇÃO, À CULTURA, AO ESPORTE E AO LAZER (ARTS. 9º A 22 DA LEI Nº 12.288/2010).....	140
→ DO DIREITO À LIBERDADE DE CONSCIÊNCIA E DE CRENÇA (ARTS. 23 A 26 DA LEI Nº 12.288/2010).....	140
→ DO TRABALHO (ARTS. 38 A 42 DA LEI Nº 12.288/2010).....	141
→ DISPOSIÇÃO PRELIMINAR (ART. 47 DA LEI Nº 12.288/2010).....	141
→ LEI Nº 10.098/2000 - ACESSIBILIDADE DOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA	141
→ DECRETO Nº 5.296/2004 - REGULAMENTA AS LEIS Nº 10.048/2000 E Nº 10.098/2000	142
→ DIREITOS HUMANOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	143
→ ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.....	146
→ LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL PENAL ESPECIAL - LEI Nº 13.146/2015 - CRIMES E DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS (ARTS. 88 AO 91)	146
→ GABARITO 	147

NOÇÕES DE ANÁLISE DE DADOS E DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL..... 149

→ WINDOWS 11.....	149
→ WORD 2019.....	152
→ EXCEL 2019.....	155
→ POWERPOINT 2019	159
→ CONCEITOS, MODELOS, TIPOS E TOPOLOGIAS DE REDES	161
→ CONCEITOS DE INTERNET	162
→ INTRANET E EXTRANET	164
→ GOOGLE CHROME.....	164
→ RECURSOS, CAMPOS, ENDEREÇAMENTO (CORREIO ELETRÔNICO)	167
→ CONCEITOS E TIPOS DE COMPUTAÇÃO EM NUVEM (CLOUD COMPUTING).....	168
→ NUvens MICROSOFT (ONEDRIVE E AZURE)	169
→ GOOGLE WORKSPACE	169
→ AMEAÇAS (VÍRUS, WORMS, TROJANS, MALWARE, ETC.)	171
→ FIREWALL E PROXY.....	173
→ ANTIVÍRUS E ANTISPYWARE.....	174
→ GABARITO 	175

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

→ PRINCÍPIOS EXPRESSOS, EXPLÍCITOS OU CONSTITUCIONAIS

1. (FGV – 2025) Avalie se os princípios da Administração Pública incluem:

- I. a legalidade;
- II. a moralidade;
- III. a livre concorrência;
- IV. a publicidade.

São de fato princípios da Administração Pública os itens

- a) I e II, apenas.
- b) II, III e IV, apenas.
- c) I, II e IV, apenas.
- d) I, II, III e IV.

2. (FGV – 2024) 2) Leia atentamente o trecho de texto a seguir, que se refere a um dos princípios do Direito Administrativo:

“a conduta da Administração Pública deve ser pautada no interesse da coletividade, isto é, não deve visar a quem beneficiar ou prejudicar, uma vez que todos devem ser olhados de forma igual, não sendo possível deste modo qualquer tipo de discriminação”

Este princípio é o de

- a) publicidade.
- b) moralidade.
- c) impessoalidade.
- d) motivação.
- e) Razoabilidade.

3. (FGV – 2024) O Governador do Estado Alfa pretende alterar regramentos estaduais que versam sobre a proteção conferida ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, para compatibilizá-los com o necessário desenvolvimento econômico. Em assim sendo, após consultar a sua assessoria jurídica, o agente político é informado no sentido de que a matéria deve ser formalizada por meio de uma legislação, excluindo a utilização de outros atos com caráter normativo.

Nesse cenário, considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominantes, é correto afirmar que se está diante de uma manifestação do princípio constitucional da

- a) impessoalidade.
- b) publicidade.
- c) moralidade
- d) legalidade.
- e) eficiência.

4. (FGV – 2023) Determinada autoridade competente de um órgão de investigação em âmbito federal fez editar um Ofício determinando que todas as informações e documentos incluídos no sistema eletrônico de informações do respectivo órgão são de acesso restrito ou sigiloso, vedando, por conseguinte, genericamente, o acesso público a qualquer dado daquela repartição.

Considerando as normas constantes do ordenamento pátrio sobre o acesso à informação e o entendimento do Supremo Tribunal Federal acerca do tema, é correto afirmar que o mencionado Ofício

- a) é válido, na medida em que indica as situações em que a imposição de restrição ou sigilo é viável.
- b) é nulo, porque qualquer ato restritivo da publicidade deve ser motivado de forma concreta, objetiva, específica e formal.
- c) é válido, diante da viabilidade de restrição genérica ao acesso de informações, para assegurar a intimidade e a vida privada das pessoas a que digam respeito.
- d) é nulo, pois não é possível a restrição de qualquer informação, ainda que relativa à segurança da sociedade e do Estado.
- e) é válido, por se tratar de uma mitigação do princípio da publicidade respaldada pela Constituição da República de 1988.

→ PRINCÍPIOS IMPLÍCITOS, RECONHECIDOS E INFRACONSTITUCIONAIS

5. (FGV – 2023) Ao analisar determinado processo administrativo, Maria, servidora ocupante do cargo de técnica de gestão administrativa da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, verificou que há nos respectivos autos uma decisão administrativa, que não apontou as razões de fato e de direito que lhe deram ensejo, sendo correto afirmar que tal situação importa em violação, especificamente, do princípio da Administração Pública designado de

- a) continuidade.
- b) motivação.
- c) isonomia.
- d) autotutela.
- e) eficiência.

6. (FGV – 2023) Assinale a opção que indica o princípio constitucional que confere à Administração Pública a capacidade de anular atos ilegais e revogar aqueles considerados inóportunos ou inconvenientes.

- a) Autotutela.
- b) Publicidade.
- c) Ampla defesa.
- d) Irretroatividade.

7. (FGV – 2022) Pelo princípio da sindicabilidade, a Administração Pública tem a prerrogativa de rever os seus próprios atos, seja para revogá-los por motivo de oportunidade ou conveniência respeitado o interesse público, seja para anulá-los, por vício de legalidade. Trata-se, pois, do controle que pode ser de mérito ou de legalidade.

O trecho acima traduz o que a doutrina de Direito Administrativo convencionou denominar de princípio da

- a) moralidade.
 - b) razoabilidade.
 - c) legalidade.
 - d) autotutela.
 - e) revisão.
-

8. (FGV – 2022) Para que a administração pública atue em conformidade com o princípio da autotutela, é correto afirmar que ela pode

- a) assegurar a estabilidade de relações jurídicas já consolidadas, garantindo a interpretação retroativa de novas interpretações.
 - b) anular seus próprios atos por razões de oportunidade, ressalvando a possibilidade de apreciação judicial.
 - c) revogar atos de entidades administrativas em caso de ilegalidade explícita.
 - d) dispensar a motivação a atos de fundações públicas que neguem direitos a administrados.
 - e) revogar seus próprios atos por motivo de conveniência, respeitando os direitos adquiridos.
-

→ CONCEITO DE ATOS ADMINISTRATIVOS

9. (FGV – 2025) O ato administrativo refere-se a uma categoria específica de atos praticados no exercício da função administrativa. Uma característica própria do ato administrativo é a de:

- a) Se tratar de uma manifestação implícita da vontade do Estado que não precisa ser exteriorizada.
 - b) Produzir efeitos jurídicos imediatos e estar sempre sujeito a controle judicial.
 - c) Sujeitar-se apenas ao regime de direito privado, sem as prerrogativas do poder público.
 - d) Poder ser praticado apenas pelo Poder Executivo, excluindo os demais Poderes.
 - e) Não estar sujeito à lei, pois possui natureza autônoma.
-

10. (FGV – 2024) 10) Ao estudar direito administrativo para concurso público, Elizabeth verificou que a doutrina administrativista distingue o ato administrativo do fato administrativo, de modo que concluiu, corretamente, que é exemplo desse último

- a) a sanção de demissão.
 - b) a multa administrativa.
 - c) a licença profissional.
 - d) o Decreto editado para a fiel execução da lei.
 - e) a desapropriação indireta.
-

→ MÉRITO ADMINISTRATIVO

11. (FGV – 2024) A sociedade Alfa pleiteou um ato discricionário perante a Administração Pública Municipal, de modo que cabe ao órgão competente analisar da conveniência e oportunidade para fins de deferimento do pedido formulado, no âmbito do mérito administrativo.

Diante dessa situação hipotética, é correto afirmar que os elementos do ato administrativo que integram o respectivo mérito são

- a) competência e finalidade.
 - b) motivo e objeto.
 - c) forma e objeto.
 - d) competência e motivo.
 - e) finalidade e forma.
-

12. (FGV – 2022) 12) O governador do Estado Alfa, em reunião com seus secretários, discutiu as causas da crescente judiciaлизação dos atos praticados nos distintos setores do governo. Ao final, os participantes concluíram que deveriam ser evidenciados esforços para demover o Poder Judiciário da realização do controle de aspectos concernentes à valorização dos motivos e à escolha do objeto do ato administrativo.

O controle referido pode ser considerado modalidade de controle afeto ao(a):

- a) juridicidade;
 - b) legalidade estrita;
 - c) mérito administrativo;
 - d) eficiência administrativa;
 - e) moralidade administrativa.
-

→ ELEMENTOS, REQUISITOS E PRESSUPOSTOS (ATOS ADMINISTRATIVOS)

13. (FGV – 2024) Existem elementos do ato administrativo que são vinculados, mesmo nas situações em que o ato é discricionário, de modo a viabilizar, inclusive, o controle jurisdicional de legalidade a ser exercido nesse último caso.

Entre tais elementos vinculados, destacam-se

- a) competência e finalidade.
 - b) motivo e objeto.
 - c) objeto e competência.
 - d) finalidade e motivo.
 - e) competência e motivo.
-

14. (FGV – 2024) Sobre os atos administrativos, analise as afirmativas a seguir.

I. É suficiente, para garantir a validade de um ato administrativo, a exposição de sua competência, finalidade e objeto.

II. A única e exclusiva finalidade de todo ato administrativo é o interesse público.

III. O objeto do ato administrativo pode não estar previsto expressamente na legislação e é através dele que a Administração exerce seu poder.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
 - b) II, apenas.
 - c) III, apenas.
 - d) I e II, apenas.
 - e) II e III, apenas.
-

15. (FGV – 2023) João, magistrado, completa 75 anos de idade, ensejando a edição de ato administrativo de aposentadoria compulsória, em razão da dicção da Constituição Federal.

Nesse cenário, considerando os elementos do ato administrativo, é correto afirmar que a idade de João é

- a) o objeto do ato administrativo, o qual dispõe, no caso apresentado, de natureza indeterminada.
 - b) o objeto do ato administrativo, o qual dispõe, no caso apresentado, de natureza determinada.
 - c) a motivação de fato do ato administrativo.
 - d) o motivo de direito do ato administrativo.
 - e) o móvel de fato do ato administrativo.
-

16. (FGV – 2022) Em matéria de ato administrativo, competência administrativa pode ser definida como a atribuição normativa da legitimação para a prática de um ato administrativo.

De acordo com a doutrina de Direito Administrativo, são características da competência administrativa:

- a) imprescritível, improrrogável e irrenunciável;
 - b) indelegável, irrenunciável e prorrogável;
 - c) indisponível, indelegável e renunciável;
 - d) imprescritível, prorrogável e renunciável;
 - e) indelegável, prorrogável e imprescritível.
-

→ ATRIBUTOS OU CARACTERÍSTICAS DOS ATOS ADMINISTRATIVOS

17. (FGV – 2024) Diversas pessoas, insatisfeitas com a crise econômica vivenciada no Estado Alfa, resolveram fechar ruas para protestar contra o governo. Após horas de manifestação pacífica, a passeata se tornou violenta, com a depredação do patrimônio público. Em assim sendo, dezenas de policiais militares foram convocados, pondo fim aos eventos.

Considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominantes, os policiais militares puderam interromper a passeata, mesmo sem a manifestação do Poder Judiciário, em razão da:

- a) presunção relativa de veracidade dos atos administrativos;
 - b) autoexecutoriedade dos atos administrativos;
 - c) imperatividade dos atos administrativos;
 - d) coercibilidade dos atos administrativos;
 - e) exigibilidade dos atos administrativos.
-

18. (FGV – 2024) João, agente público do Estado Alfa, em fiscalização de rotina por diversos estabelecimentos comerciais, verificou que a loja ABC não estava cumprindo uma série de normas legais, o que já havia sido apurado em inspeção anterior. Dessa forma, o referido servidor público lavrou, em observância às formalidades legais, auto de infração, com a aplicação de uma multa de mil reais em detrimento da entidade. Os sócios do estabelecimento, contudo, se recusaram a efetuar o pagamento da multa, mesmo após os seus recursos não terem sido providos, em decisão definitiva, na esfera administrativa.

Nesse cenário, considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominante, é correto afirmar que a Administração Pública

- a) não poderá, por conta própria, executar o valor da multa, pressupondo a atuação do Poder Judiciário, em um cenário de exceção ao atributo da presunção relativa de veracidade e de legitimidade do ato administrativo.
- b) não poderá, por conta própria, executar o valor da multa, pressupondo a atuação do Poder Judiciário, em um cenário de exceção ao atributo da autoexecutoriedade do ato administrativo.
- c) não poderá, por conta própria, executar o valor da multa, pressupondo a atuação do Poder Judiciário, em um cenário de exceção ao atributo da coercibilidade do ato administrativo.

- d) poderá, por conta própria, executar o valor da multa, independentemente da atuação do Poder Judiciário, em razão do atributo da autoexecutoriedade do ato administrativo.
 - e) poderá, por conta própria, executar o valor da multa, independentemente da atuação do Poder Judiciário, em razão do atributo da coercibilidade do ato administrativo.
-

19. (FGV – 2022) Observadas as cautelas legais, o Tribunal de Contas do Estado Beta aplicou multa ao gestor José, por ter sonegado documentos que lhe foram requisitados pela Corte de Contas para instruir determinado processo.

De acordo com a doutrina de Direito Administrativo, a aplicação de tal multa decorre do atributo do ato administrativo consistente em meio indireto de coação do Tribunal de Contas sobre José conhecido como:

- a) exigibilidade, mas a cobrança de tal multa não pode ser feita com base no atributo da autoexecutoriedade;
 - b) autoexecutoriedade, e a cobrança de tal multa pode ser feita com base no atributo da imperatividade;
 - c) coercibilidade, e a cobrança de tal multa pode ser feita com base no atributo da exigibilidade;
 - d) autoexecutoriedade, mas a cobrança de tal multa não pode ser feita com base no atributo da imperatividade;
 - e) presunção de legitimidade, e a cobrança de tal multa pode ser feita com base no atributo da coercibilidade.
-

→ ATOS ADMINISTRATIVOS: ESPÉCIES, CLASSIFICAÇÃO, FASES DE CONSTITUIÇÃO

20. (FGV – 2023) Guilherme, agente público, compareceu à sede da Administração Pública, postulando a emissão de uma certidão versando sobre a sua situação funcional, sendo imediatamente atendido.

Nesse cenário, a certidão é uma espécie de ato administrativo:

- a) enunciativo;
 - b) ordinatório;
 - c) de controle;
 - d) negocial;
 - e) punitivo.
-

21. (FGV – 2023) A Administração Pública, em âmbito federal, descobre, a partir de estudos técnicos, a potencial existência de um campo de exploração de petróleo em área de preservação ambiental. Desta forma, o órgão público competente encarrega, junto à Advocacia Geral da União, a confecção de um parecer sobre a viabilidade jurídica de se proceder à exploração de petróleo na localidade supracitada. Nesse contexto, dois meses após o pedido, o parecer técnico é devidamente apresentado.

Nesse cenário, é correto afirmar que o parecer caracteriza um ato administrativo

- a) enunciativo.
 - b) ordinatório.
 - c) normativo.
 - d) punitivo.
 - e) negocial.
-

22. (FGV – 2022) O promotor de Justiça João exerce a função de consultor jurídico da Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado Beta. Instado pelo procurador-geral de Justiça, João emitiu parecer sobre a viabilidade jurídica da celebração de um termo de cooperação técnica a ser firmado com o Tribunal de Contas do Estado Beta.